



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DE SÃO PAULO

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SÃO PAULO

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Anexo I - Balanços patrimoniais

Anexo II - Demonstrações dos resultados dos exercícios

Anexo III - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Anexo IV - Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Srs. Diretores da
Ordem dos Advogados do Brasil – Secional de São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Ordem dos Advogados do Brasil – Secional de São Paulo** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ordem dos Advogados do Brasil – Secional de São Paulo** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda cessar as operações da Entidade, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de maio de 2017.

Assessor-Bordin Consultores Empresariais

CRC 2SP013340/O-0

Antonio Carlos Bordin
Sócio Presidente
CRC 1SP070557/O-0

Marcus Vinicius Sperandio
Sócio Diretor
CRC 1SP252465/O-3



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

ANEXO I

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

Em reais

ATIVO	Nota	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	75.387.348	59.163.183
Valores em cobrança	5	95.772.903	81.357.919
Contribuições estatutárias antecipadas		4.344.640	-
Adiantamentos diversos		2.579.991	2.922.575
Outros ativos		1.153.981	98.201
		179.238.863	143.541.878
Não circulante			
Depósitos judiciais		1.574.318	1.471.388
Outros créditos		49.726	47.211
Investimentos		71.741	71.741
Imobilizado	6	118.954.448	114.504.712
Intangível	7	1.318.871	798.918
		121.969.104	116.893.970
		301.207.967	260.435.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

ANEXO I

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em reais

PASSIVO	Nota	2016	2015
Circulante			
Empréstimos		1.117.518	2.056.362
Contribuições estatutárias:			
Conselho Federal	8.1	9.396.850	8.184.292
CAASP	8.2	18.650.202	16.757.592
Fundo Cultural	8.3	2.797.531	2.400.170
FIDA	8.4	1.880.689	1.633.636
Contas a pagar		5.573.063	6.503.856
Provisão para férias e encargos sociais		5.291.375	4.953.505
Retenções contratuais	9	2.600.000	1.560.000
Receitas antecipadas	3f	13.830.536	-
Receitas diferidas - assistência financeira	10	43.127.342	37.934.249
Obrigações sociais e fiscais a recolher		5.071.734	3.662.181
		109.336.840	85.645.843
Não circulante			
Empréstimos		-	1.199.545
Provisão para passivos contingentes	11	3.867.201	4.901.995
Retenções contratuais	9	32.730.515	32.109.504
Outras obrigações		829.909	939.207
		37.427.625	39.150.251
Patrimônio líquido	12		
Patrimônio social		28.650.021	28.650.021
Ajustes de avaliações patrimoniais		31.698.301	32.128.187
Superávits acumulados		94.095.180	74.861.546
		154.443.502	135.639.754
		301.207.967	260.435.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

ANEXO II

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas			
Ordinárias			
Anuidades pessoas físicas		256.174.326	228.787.766
Contribuições de pessoas jurídicas		13.007.335	12.061.437
Taxas e emolumentos		9.334.522	9.055.121
Inscrições		7.613.896	5.275.267
Multas e atualizações monetárias de anuidades		845.818	834.814
	13	286.975.897	256.014.405
(-) Custo das receitas ordinárias	14	(8.213.689)	(6.780.147)
Receita ordinária líquida		278.762.208	249.234.258
Extraordinárias			
Serviços		32.965.066	31.477.043
Concursos		6.358.838	5.924.620
Financeiras		12.462.924	11.089.216
Diversas		6.273.960	6.539.683
	15	58.060.788	55.030.562
(-) Custo das receitas extraordinárias	16	(27.546.665)	(22.976.154)
Receita extraordinária líquida		30.514.123	32.054.408
Deduções das receitas			
Contribuições estatutárias		(82.936.600)	(74.576.981)
Provisão para perdas		(20.482.970)	(16.666.462)
		(103.419.570)	(91.243.443)
Receitas líquidas		205.856.761	190.045.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

ANEXO II

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas			
Despesas ordinárias			
Com pessoal	17	(127.072.216)	(113.731.820)
Administrativas e gerais	18	(76.133.349)	(73.280.819)
Outras despesas		(2.325.949)	(1.652.403)
		(205.531.514)	(188.665.042)
(-) Apropriações ao Fundo Cultural		6.711.491	6.350.342
Apropriações para custos			
Jornal do advogado e exame da ordem		5.574.436	5.134.983
Copiadoras - locação de máquinas		2.263.946	2.617.773
Notas de débito - CAASP / OABPREV		2.045.313	2.994.209
Copiadoras - materiais		1.324.131	1.411.225
Cobrança de anuidades pessoas físicas e jurídicas		2.931.475	2.853.274
Taxas e emolumentos - confecção de carteiras		1.081.659	914.192
		15.220.960	15.925.656
Despesas extraordinárias			
Financeiras		(2.717.725)	(4.807.454)
Outras		(736.225)	(919.798)
		(3.453.950)	(5.727.252)
Superávit do exercício		18.803.748	17.928.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

ANEXO III

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2014	28.650.021	32.660.095	56.400.711	117.710.827
Realização		(531.908)	531.908	
Superávit do exercício			17.928.927	17.928.927
Em 31 de dezembro de 2015	28.650.021	32.128.187	74.861.546	135.639.754
Realização		(429.886)	429.886	
Superávit do exercício			18.803.748	18.803.748
Em 31 de dezembro de 2016	28.650.021	31.698.301	94.095.180	154.443.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Anexo IV

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	18.803.748	17.928.927
(+) Depreciação e amortização	6.064.493	5.293.233
	24.868.241	23.222.160
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Cobrança	(1.169.636)	105.130
Anuidades a receber	(13.245.347)	(1.399.038)
Adiantamentos diversos	(4.002.056)	1.983.565
Outros ativos	(1.161.224)	433.046
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Contas a pagar	(930.793)	787.601
Contribuição estatutária	3.749.580	272.952
Receita diferida	5.193.092	4.418.858
Provisão para contingências	(1.034.794)	(3.123.705)
Receitas Antecipadas	13.830.536	(7.733.116)
Provisão de folha	337.870	235.105
Obrigações fiscais	1.409.555	(1.317.667)
Outras obrigações	(109.299)	683.414
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	27.735.724	18.568.306
Fluxo de caixa de investimentos		
Investimentos e Imobilizado	(11.034.182)	(15.990.372)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(11.034.182)	(15.990.372)
Fluxo de caixa de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	(2.138.389)	(982.266)
Retenções contratuais - Mútuo CAASP	1.661.011	1.966.943
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento	(477.377)	984.677
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	16.224.165	3.562.611
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	59.163.183	55.600.572
No fim do exercício	75.387.348	59.163.183
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	16.224.165	3.562.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

1. Contexto operacional

A Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, constituída através do artigo 17 do decreto número 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas e promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

Criada em 22 de janeiro de 1932, a Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB SP) é a maior do País, com um contingente que ultrapassa 350 mil advogados e 15 mil sociedades inscritos. Mantém mais de 100 comissões atuantes, entre permanentes e especiais, que desenvolvem importante trabalho de estudo e aperfeiçoamento da legislação, além de zelar pelo bom desempenho da profissão. Conta com mais de 800 postos de atendimento espalhados por todo o Estado, incluindo as 233 Subseções.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da lei 6.404/76, alterada pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 – Entidade Sem Finalidade de Lucros, e posteriores alterações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído através da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Para a entidade não há diferenças entre o resultado abrangente do exercício e o resultado do exercício. Dessa forma, a entidade apresenta apenas a demonstração do resultado.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações da entidade incluem, portanto, estimativas das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e determinações de provisões. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis abaixo descritas foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados:

a) Ativos circulantes

Os ativos circulantes são registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são ajustados aos seus valores prováveis de realização.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço (imune da retenção do imposto de renda), ou valor da cota de fundo de investimento.

c) Provisão para perdas de curto e longo prazo

A provisão para perdas é constituída com base na análise das perdas históricas dos créditos e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de realização dos valores a receber.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

d) Não circulante

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 6 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais, que são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O ativo intangível é amortizado com base nas taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 7.

e) Redução do valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos da entidade são revisados a cada balanço para determinar se há sinal de perda no valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e reconhece-se a perda.

f) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridos até a data do balanço.

As receitas antecipadas referem-se às anuidades relativas ao exercício de 2017, recebidas em 2016, as quais foram apropriadas ao resultado do exercício social subsequente.

g) Receitas diferidas

Correspondem aos valores recebidos por meio de assistência financeira do Conselho Federal para a aquisição da nova sede do Conselho Secional e novas sedes de Subseções, sendo assim reconhecida no resultado quando os critérios de exigência de reconhecimento da receita forem atendidos, no caso, concomitantemente a efetivação da depreciação dos imóveis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

h) Contribuições estatutárias

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados – FIDA, e constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre as receitas brutas mensais de anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias, considerando inclusive as correspondentes provisões para perdas, nos termos da Lei nº. 8.906/94, nos seguintes percentuais:

- 10% para ao Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.

Os passivos correspondentes são provisionados com base nas anuidades lançadas e não recebidas, líquidas das provisões para perdas constituídas.

i) Provisão para férias e encargos sociais

A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até o final do exercício (engloba as férias vencidas e proporcionais) e inclui os encargos sociais incidentes.

j) Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são apropriadas segundo a sua natureza, com observância ao regime de competência.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro não são devidos, em virtude da OAB SP gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, parágrafo 2, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 5º do artigo 45 da Lei Federal 8.906/94, de 4 de julho de 1994.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

l) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída com base nos laudos de avaliações dos imóveis preparados por empresas especializadas, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da entidade e pelos seus consultores jurídicos, quando necessário.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2016	2015
Caixa	291.376	1.810.927
Bancos	4.124.766	1.857.512
Fundos de investimentos	5.073.800	3.679.562
Certificados de depósitos bancários	65.429.949	51.151.165
Poupança	467.457	664.017
	75.387.348	59.163.183

As aplicações financeiras são representadas por valores de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, remunerados as taxas médias de mercado, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

5. Valores em cobrança

Descrição	2016			2015		
	Valores em cobrança	Provisão para perdas	Saldo líquido	Valores em cobrança	Provisão para perdas	Saldo líquido
Multa disciplinar	5.667.177	(5.667.177)		5.179.819	(5.179.819)	
Anuidades						
2004	2.664.860	(2.664.860)		3.528.091	(3.528.091)	
2005	3.305.958	(3.305.958)		4.314.721	(4.314.721)	
2006	4.737.397	(4.737.397)		5.878.788	(5.878.788)	
2007	5.883.142	(5.883.142)		7.200.714	(7.200.714)	
2008	7.101.794	(7.101.794)		8.455.177	(8.455.177)	
2009	8.152.544	(8.152.544)		9.942.544	(9.942.544)	
2010	11.585.477	(11.585.477)		13.705.474	(12.934.372)	771.102
2011	16.023.517	(14.994.289)	1.029.228	18.492.541	(14.994.289)	3.498.252
2012	18.229.049	(14.517.131)	3.711.918	21.247.742	(14.517.131)	6.730.611
2013	23.105.586	(15.553.370)	7.552.216	27.455.746	(15.553.370)	11.902.375
2014	29.084.768	(16.767.717)	12.317.051	34.982.624	(16.767.717)	18.214.907
2015	37.513.462	(16.666.462)	20.847.000	55.554.875	(16.666.462)	38.888.412
2016	68.276.566	(20.482.970)	47.793.596			
Cartões de crédito	2.071.943		2.071.943	940.446		940.446
Jornal do advogado	60.853		60.853	86.966		86.966
Outros valores a receber	1.099.952	(710.852)	389.100	1.035.700	(710.852)	324.848
	244.564.044	(148.791.141)	95.772.903	218.001.968	(136.644.049)	81.357.919

Os esforços contínuos da administração na gestão de recuperação da inadimplência vêm se intensificando, ao passo que se observa o crescimento da expectativa quanto à importância esperada para arrecadação. A evolução tem ocorrido mediante ações programadas e de efetivações pontuais.

A provisão para perdas foi constituída com base em análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas perdas para contas a receber vencidas há mais 5 anos, contados do período subsequente ao exercício findo, em observância ao conceito de anualidade.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

6. Imobilizado

Descrição	Taxas (%) anuais de depreciação	2016			2015
		Custo Corrigido	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos		23.947.073		23.947.073	23.947.073
Edifícios	(i)	81.282.852	(11.441.357)	69.841.495	62.775.415
Instalações	10	4.442.201	(3.424.967)	1.017.234	1.016.549
Móveis e utensílios	10	24.375.649	(14.739.606)	9.636.043	8.988.044
Veículos	20	1.057.647	(506.868)	550.779	432.832
Equipamentos de computação	20	16.873.500	(13.962.234)	2.911.266	2.889.453
Imobilizado em curso		11.050.558		11.050.558	14.455.347
		163.029.480	(44.075.032)	118.954.448	114.504.712

- (i) os edifícios são depreciados de acordo com a vida útil econômica estimada, apontada em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas, que foram contabilizados até 2007.

No exercício de 2012 a OAB SP deu o imóvel, localizado na Rua Maria Paula nº 23, 29 e 35, esquina da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 258 e 264 – São Paulo – Capital, em garantia, por meio de hipoteca, pelo valor de R\$ 5.878.187 com vencimento em 15/07/2017. Essa garantia foi necessária para obtenção de financiamentos destinados às construções de 14 (quatorze) novos imóveis para abrigar sedes de subseções nas cidades de Barueri, Cerqueira César, Conchas, Cotia, Embú, Ilha Solteira, Itanhaém, Mogi Mirim, Paraguaçu Paulista, Praia Grande, Presidente Venceslau, Ribeirão Preto, São Roque e Serra Negra. Ainda no exercício de 2012, a OAB SP deu início a construção desses imóveis e a definitiva conclusão se deu em 2015.

Em continuidade a expansão de suas instalações, a OAB SP promoveu no curso de 2016, novas tratativas de financiamentos destinados às construções/ampliações de outros 14 (quatorze) novos imóveis para abrigar sedes de subseções nas cidades de Aguaí, Guaratinguetá, Itápolis, Lençóis Paulista, Mairinque, Matão, Miracatu, Santa Fé do Sul, Santa Rita do Passa Quatro, São Pedro, São Sebastião da Grama, Tatuí, Teodoro Sampaio e Itapetininga, tendo ofertado em garantia, aprovado pelo Conselho Secional, também o imóvel da Rua Maria Paula. Ainda no exercício de 2016, a OAB SP deu início a construção desses imóveis.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

As movimentações do ativo imobilizado estão assim apresentadas:

	2016				
Descrição	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terrenos	23.947.073				23.947.073
Edifícios	71.406.697			9.876.155	81.282.852
Instalações	4.245.957			196.244	4.442.201
Móveis e utensílios	22.241.989	2.150.089	(16.430)		24.375.649
Veículos	997.101	409.346	(348.800)		1.057.647
Equipamentos de Computação	15.969.567	990.414	(86.481)		16.873.500
Imobilizado em curso	14.455.347	6.667.610		(10.072.399)	11.050.558
Custo	153.263.731	10.217.459	(451.711)	-	163.029.480
Edifícios	(8.631.282)	(2.810.075)			(11.441.357)
Instalações	(3.229.408)	(195.559)			(3.424.967)
Móveis e utensílios	(13.253.945)	(1.502.004)	16.342		(14.739.607)
Veículos	(564.269)	(212.745)	270.147		(506.868)
Equipamentos de Computação	(13.080.114)	(968.601)	86.481		(13.962.233)
Depreciação	(38.759.019)	(5.688.984)	372.970	-	(44.075.032)
Imobilizado líquido	114.504.712	4.528.475	(78.741)	-	118.954.448

	2015				
Descrição	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terrenos	23.947.073				23.947.073
Edifícios	61.439.365		(84.000)	10.051.331	71.406.697
Instalações	4.137.152	108.805			4.245.957
Móveis e utensílios	20.086.232	2.111.553	(636)	44.840	22.241.989
Veículos	997.101				997.101
Equipamentos de Computação	14.874.148	1.095.419			15.969.567
Imobilizado em curso	12.238.445	12.313.074		(10.096.171)	14.455.347
Custo	137.719.516	15.628.851	(84.636)	-	153.263.731
Edifícios	(6.306.494)	(2.338.005)	13.217		(8.631.282)
Instalações	(3.059.167)	(170.241)			(3.229.408)
Móveis e utensílios	(11.910.188)	(1.344.656)	899		(13.253.945)
Veículos	(364.849)	(199.420)			(564.269)
Equipamentos	(12.131.004)	(949.110)			(13.080.114)
Depreciação	(33.771.703)	(5.001.432)	14.116	-	(38.759.019)
Imobilizado líquido	103.947.814	10.627.419	(70.520)	-	114.504.712

Em 2015, decorrente da definitiva conclusão das edificações nas subseções, foi transferido R\$ 10.051.331. Já em 2016, efetuaram-se as transferências na ordem de R\$ 9.876.155 relativas a obras finalizadas em diversas subseções do Estado, tais como as das cidades de Campinas, Araçatuba, Pederneiras, Penápolis, Presidente Venceslau, Poá, Itapira, Osasco e Batatais.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

7. Intangível

Descrição	Taxas (%) anuais de amortização			2016	2015
		Custo corrigido	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de software	20	4.889.442	(3.571.266)	1.318.176	798.223
Marcas e patentes		695		695	695
		4.890.137	(3.571.266)	1.318.871	798.918

8. Contribuições estatutárias

8.1 Conselho Federal

Descrição	2016	2015
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2010		77.110
A receber com anuidades de 2011	102.923	349.825
A receber com anuidades de 2012	371.192	673.061
A receber com anuidades de 2013	755.222	1.190.238
A receber com anuidades de 2014	1.231.705	1.821.491
A receber com anuidades de 2015	2.084.700	3.888.841
A receber com anuidades de 2016	4.779.360	
Do exercício de 2015		183.726
Do exercício de 2016	71.748	
	9.396.850	8.184.292

O saldo residual da contribuição devida do exercício de 2016, no montante de R\$ 71.748, será quitado no início de 2017.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

8.2 Caixa de assistência dos advogados de São Paulo – CAASP

Descrição	2016	2015
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2010		154.221
A receber com anuidades de 2011	205.846	699.650
A receber com anuidades de 2012	742.384	1.346.122
A receber com anuidades de 2013	1.510.443	2.380.475
A receber com anuidades de 2014	2.463.410	3.642.982
A receber com anuidades de 2015	4.169.400	7.777.682
A receber com anuidades de 2016	9.558.719	
Do exercício de 2015		756.460
	18.650.202	16.757.592

8.3 Fundo cultural

Descrição	2016	2015
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2010		23.133
A receber com anuidades de 2011	30.877	104.948
A receber com anuidades de 2012	111.358	201.918
A receber com anuidades de 2013	226.566	357.071
A receber com anuidades de 2014	369.512	546.447
A receber com anuidades de 2015	625.410	1.166.653
A receber com anuidades de 2016	1.433.808	
	2.797.531	2.400.170



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

8.4 Fundo de integração e desenvolvimento assistencial dos advogados - FIDA

Descrição	2016	2015
Provisões referentes às cobranças		
A receber com anuidades de 2010		15.422
A receber com anuidades de 2011	20.585	69.965
A receber com anuidades de 2012	74.238	134.612
A receber com anuidades de 2013	151.044	238.048
A receber com anuidades de 2014	246.341	364.298
A receber com anuidades de 2015	416.940	777.768
A receber com anuidades de 2016	955.872	
Do exercício de 2015		33.523
Do exercício de 2016	15.669	
	1.880.689	1.633.636

O saldo residual da contribuição devida do exercício de 2016, no montante de R\$ 15.669, será quitado no início de 2017.

9. Retenções contratuais

Descrição	2016	2015
CAASP mútuo 2002 e 2003	14.917.515	15.437.515
Atualização monetária	20.413.000	18.231.989
	35.330.515	33.669.504
Circulante	2.600.000	1.560.000
Não Circulante	32.730.515	32.109.504

A operação refere-se ao saldo da dívida junto à Caixa de Assistência dos Advogados, negociada mediante o Instrumento Particular de Consolidação, Novação, Mútuo e Confissão de Dívida, de 23 de setembro de 2003, com primeiro aditamento em 3 de julho de 2008 e segundo aditivo em 25 de fevereiro de 2013, incorporando o saldo residual de 2003 e o montante de R\$ 1.683.058, oriundo de contribuições estatutárias não repassadas nos anos de 2002 e 2003, corrigidos monetariamente.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

Não ocorreram pagamentos das parcelas vencidas em 2004 e 2005. No exercício de 2006 foram pagos R\$ 767.047, R\$ 1.690.057 em 2007, R\$ 1.569.369 em 2008, R\$ 1.564.871 em 2009, R\$ 1.567.487 em 2010, R\$ 2.073.761 em 2011, R\$ 1.560.000 em 2012, R\$ 2.158.401 em 2013, R\$ 2.167.220 em 2014, R\$ 1.465.484 em 2015 e R\$ 520.000 em 2016.

Os saldos são atualizados com base no índice de variação do IPC-FIPE.

A atual Diretoria estuda a extinção do referido Mútuo em conjunto com a Diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados. Até a conclusão das discussões e viabilidades, a Diretoria determinou a suspensão dos repasses a partir de Maio/2016.

10. Receitas diferidas – assistência financeira

Compreende a receita oriunda de subvenção para a aquisição de bens depreciables, relativas às retenções de 30% dos valores dos repasses estatutários devidos ao Conselho Federal, que objetivam a constituição de um fundo destinado à formação de reserva financeira para a aquisição de uma nova sede para o Conselho Secional. Essa retenção foi autorizada por meio do ofício nº 050/2008-GSG/GDT/CFOAB de 30 de abril de 2008 do Conselho Federal.

Com a inauguração da nova sede da OAB SP, localizada na Rua Maria Paula, 35, em agosto de 2014, as receitas diferidas passaram a ser reconhecidas no resultado do exercício pelos valores da depreciação do imóvel, de acordo com o pronunciamento CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

No resultado do exercício de 2016, foi reconhecida uma receita de R\$ 1.518.398 (R\$ 1.538.079 em 2015), decorrente da depreciação dos bens adquiridos para essa unidade.

O saldo a ser apropriado é composto da seguinte forma:



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

Descrição	2016	2015
Subvenção de 2008	3.605.264	3.605.264
Subvenção de 2009	3.588.688	3.588.688
Subvenção de 2010	4.686.296	4.686.296
Subvenção de 2011	4.845.091	4.845.091
Subvenção de 2012	5.249.714	5.249.714
Subvenção de 2013	5.800.198	5.800.198
Subvenção de 2014	6.354.551	6.354.551
Subvenção de 2015	5.956.937	5.956.937
Subvenção de 2016	6.711.491	
	46.798.230	40.086.739
Depreciação em 2014	(614.411)	(614.411)
Depreciação em 2015	(1.538.079)	(1.538.079)
Depreciação em 2016	(1.518.398)	
Saldo a apropriar	43.127.342	37.934.249

11. Provisão para passivos contingentes

Descrição	2016	2015
Processos cíveis	1.001.692	588.513
Processos trabalhistas	790.728	1.265.932
Processos previdenciários	2.074.781	3.047.550
	3.867.201	4.901.995

A provisão para passivos contingentes é decorrente de ações judiciais, cíveis, trabalhistas e tributários e foram constituídas com base na opinião dos assessores jurídicos da OAB SP (risco provável) em montante considerado suficiente para absorver perdas decorrentes do desfecho dessas ações.

A provisão para processos previdenciários refere-se principalmente ao diferencial de alíquota do RAT (Riscos Ambientais do Trabalho) aplicado a menor sobre a folha de pagamento para o período compreendido entre 2010 a 2013, não reconhecido contabilmente pela entidade.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

Em 20 de agosto de 2014, a OAB SP protocolou na Secretaria da Receita Federal do Brasil, o pedido de parcelamento do débito referente ao diferencial de alíquota do RAT, na modalidade Parcelamento de Débitos Previdenciários – RFB de que trata a Lei nº 12.996/2014.

O pedido deste débito foi homologado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 25/07/2016, com parcelas fixas de R\$70.127, atualizadas, mensalmente, pela Taxa Selic. Entretanto, o montante devido ainda é objeto de reanálise pelo referido Órgão, uma vez que constatamos divergências entre as apurações, resultando assim num Pedido de Revisão de Débitos por parte desta OAB SP.

Em 31 de dezembro de 2016, parte deste débito, cujo pedido foi de 60 parcelas mensais, está provisionado no passivo circulante, 12 parcelas totalizando a monta R\$ 1.087.916, ao passo que no passivo não circulante temos outras 23 parcelas que totaliza a monta R\$ 2.008.047.

Existem outros processos avaliados pela administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 18.890.873, compreendidas em R\$ 6.652.155 em Processos cíveis e R\$ 12.238.718 em Processos trabalhistas, para os quais nenhuma provisão foi constituída.

12. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 é composto pelo superávit acumulado, conforme demonstrado no quadro das Mutações do Patrimônio Líquido.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

13. Receitas ordinárias

Descrição	2016	2015
Anuidades pessoas físicas	256.174.326	228.787.766
Contribuições de pessoas jurídicas		
Contribuições de sociedades do exercício	12.620.521	11.302.852
Contribuições de soc. de exercícios anteriores	386.814	758.585
	13.007.335	12.061.437
Inscrições		
Inscrições de advogados	3.570.200	3.672.384
Inscrições de estagiários	552.986	573.645
Inscrições de sociedades	3.279.280	854.091
Inscrição suplementar de advogado	211.430	175.147
	7.613.896	5.275.267
Taxas e emolumentos		
Carteiras brochuras de advogados	3.686.148	3.745.892
Cédula de identidade de advogados	1.637.173	1.564.150
Alteração de contrato social	1.816.800	1.401.162
Carteiras brochuras de estagiários	526.318	591.632
Cédula de identidade de estagiários	310.179	314.453
Averbação de contrato de advogados	536.402	435.082
Outras receitas	821.502	1.002.750
	9.334.522	9.055.121
Multas e atualizações monetárias de anuidades		
Multas de anuidades de advogados	762.303	748.422
Multas disciplinares	45.734	66.515
Multas de contribuições de sociedades	794	3.487
Atualização monetária de anuidade/contribuições	36.987	16.390
	845.818	834.814
	286.975.897	256.014.405



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

14. Custo das receitas ordinárias

Descrição	2016	2015
Custo cobrança anuidades PF	(5.347.909)	(4.108.199)
Custo cobrança contribuições PJ	(1.595.977)	(1.676.946)
Custo cobrança taxas e emolumentos	(1.269.803)	(995.002)
	(8.213.689)	(6.780.147)

15. Receitas extraordinárias

Descrição	2016	2015
Concursos		
Inscrições de exame de ordem	6.358.838	5.924.620
	6.358.838	5.924.620
Serviços		
Copiadoras	5.357.352	8.188.726
Recebimento assistência médica – subseções	20.322.262	15.488.312
Cursos de curta duração	5.128.714	4.513.038
Cursos longa duração	724.808	2.394.190
Outras receitas	1.431.930	892.777
	32.965.066	31.477.043
Diversas		
Patrocínios diversos	3.168.001	291.722
Anúncio no jornal do advogado	390.547	518.996
Baile dos advogados	447.545	400.952
Alugueis para eventos	326.660	149.821
Arrendamento	215.996	119.735
Receitas com impressões	563.010	558.440
Doações	49.043	59.495
Outras receitas	1.113.160	4.440.522
	6.273.960	6.539.683
Financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras - CDB	10.656.505	8.925.194
Juros sobre anuidades do exercício	1.107.906	694.770
Juros sobre anuidades de exercícios anteriores	161.853	261.016
Rendimentos aplicações financeiras	423.105	449.865
Rendimentos fundos de investimentos	42.956	688.808
Outros	70.599	69.563
	12.462.924	11.089.216
	58.060.788	55.030.562



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

16. Custo das receitas extraordinárias

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custo copiadoras	(3.588.077)	(4.028.998)
Custo assistência médica – subseções	(19.110.792)	(14.332.989)
Custo jornal do advogado	(3.641.504)	(3.289.127)
Custo Exame de Ordem	(761.968)	(733.626)
Custo baile dos advogados	(444.324)	(590.141)
Outros	-	(1.273)
	<u>(27.546.665)</u>	<u>(22.976.154)</u>

17. Despesas com pessoal

<u>Descrição</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas com pessoal		
Ordenados	45.498.796	42.262.174
Vale refeição	24.451.286	22.605.809
Assistência médica	13.668.804	8.026.812
Prêmios e gratificações	3.082.120	2.917.882
Vale transporte	2.697.535	2.511.316
Serviços temporários	241.230	290.835
Horas extras	1.542.375	1.468.984
Remuneração de estagiários	985.403	976.538
Aprendizes	561.756	378.074
Auxílio creche	456.927	428.209
Outras despesas	1.078.989	891.473
	94.265.221	82.758.106
Encargos sociais		
INSS funcionários	14.076.318	12.983.301
Férias	6.546.881	6.042.732
FGTS	5.672.999	6.401.270
13º salário	4.623.322	4.104.003
Outras despesas	1.887.475	1.442.408
	32.806.995	30.973.714
	<u>127.072.216</u>	<u>113.731.820</u>



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

18. Despesas administrativas e gerais

Descrição	2016	2015
Serviços de terceiros - pessoa jurídica	22.155.902	22.534.017
Comunicação	9.602.754	9.368.781
Utilidades	7.560.061	7.105.102
Ocupações	11.646.508	11.535.477
Despesas com materiais	6.050.420	6.384.941
Serviços de terceiros - pessoa física	4.956.515	5.115.606
Depreciação	6.064.493	5.293.233
Despesas com viagens e locomoções	4.815.822	2.887.107
Despesas com alimentação	2.819.937	2.663.777
Outras despesas	460.937	392.778
	76.133.349	73.280.819

19. Superávit do exercício

As despesas líquidas do exercício de 2016 tiveram um acréscimo de R\$ 14.936.720 (8,68%) superior ao exercício de 2015, ao passo que as receitas líquidas do exercício de 2016, tiveram um acréscimo de R\$ 15.811.541 (8,32%) superior ao exercício de 2015. Contudo, tais cenários demonstram equalização das contas no período.

20. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 por valores que se aproximam aos de mercado nessa data. A política de controle consiste na vigilância permanente das taxas contratadas em comparação com as taxas médias de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a entidade não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção de São Paulo

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016

Em reais

21. Cobertura de seguros

É política da administração manter cobertura de seguro para os bens do ativo imobilizado, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, com base em informações de consultores especializados.

Marcos da Costa
Presidente

Fábio Romeu Canton Filho
Vice-Presidente

Caio Augusto Silva dos Santos
Secretário – Geral

Gisele Fleury Charmillot Germano de Lemos
Secretário – Geral Adjunto

Ricardo Luiz de Toledo Santos Filho
Tesoureiro

Luiz Carlos Camargo Duarte
Contador CRC 01SP 127974 0-9